

Alerta Legislação nº 17, de 24 a 29 abr. 2017
Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA (CNPE)

■ **RESOLUÇÃO Nº 9, DE 11 DE ABRIL DE 2017**

Autoriza a realização da Terceira Rodada de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção na Área do Pré-Sal e aprova os parâmetros técnicos e econômicos das áreas ofertadas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
28/04/2017	<p><u>LEI Nº 13.439, DE 27 DE ABRIL DE 2017</u> Cria o Programa Cartão Reforma e dá outras providências.</p> <p><u>DECRETO Nº 9.039, DE 27 DE ABRIL DE 2017</u> Promulga a Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial, firmada em Haia, em 18 de março de 1970.</p> <p>RETIFICAÇÃO <u>DECRETO Nº 9.023, DE 5 DE ABRIL DE 2017</u> Cria o Hospital de Força Aérea de São Paulo na estrutura do Comando da Aeronáutica. <i>(Publicado no DOU de 6 de abril de 2017 - Seção 1)</i></p>
27/04/2017	<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 777, DE 26 DE ABRIL DE 2017</u> Institui a Taxa de Longo Prazo - TLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante e dá outras providências.</p> <p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 776, DE 26 DE ABRIL DE 2017</u> Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos.</p> <p><u>LEI Nº 13.438, DE 26 DE ABRIL DE 2017</u> Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a adoção pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças.</p>

	<p><u>DECRETO Nº 9.037, DE 26 DE ABRIL DE 2017</u> Altera o Decreto nº 8.943, de 27 de dezembro de 2016(*) (*) <i>Altera o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse.</i></p> <p><u>DECRETO DE 26 DE ABRIL DE 2017</u> Convoca a 3ª Conferência Nacional de Educação.</p>
24/04/2017	<p><u>DECRETO Nº 9.036, DE 20 DE ABRIL DE 2017</u> Dispõe sobre a priorização de políticas de fomento aos projetos de empreendimentos públicos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p><u>DECRETO Nº 9.034, DE 20 DE ABRIL DE 2017</u> Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.</p>
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	<p>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA (CNPE) <u>RESOLUÇÃO Nº 9, DE 11 DE ABRIL DE 2017</u> Autoriza a realização da Terceira Rodada de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção na Área do Pré-Sal e aprova os parâmetros técnicos e econômicos das áreas ofertadas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 8, DE 11 DE ABRIL DE 2017</u> Recomenda à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP que analise a prorrogação da Fase de Exploração dos Contratos de Blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural da 12ª Rodada de Licitações.</p>
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17, DE 26 DE ABRIL DE 2016</u> (...) Art. 1º Regulamentar a Produção, a Comercialização e a Utilização de Sementes e Mudanças de Espécies Florestais ou de Interesse Ambiental ou Medicinal, Nativas e Exóticas, visando garantir sua procedência, identidade e qualidade. (...)</p>
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.099, DE 19 DE ABRIL DE 2017</u> Estabelece os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT, da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, da Gratificação de Desempenho de Atividade de</p>

	<p>Cargos Específicos - GDACE e da Gratificação de Desempenho de Atividades de Infraestrutura - GDAIE no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.</p>
<p>Ministério da Educação</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 577, DE 27 DE ABRIL DE 2017</u> Dispõe sobre o Fórum Nacional de Educação.</p> <p><u>PORTARIA NORMATIVA Nº 8, DE 26 DE ABRIL DE 2017</u> Estabelece o regulamento do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes para o ano de 2017 - Enade 2017.</p> <p>COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) – Diretoria de Educação à Distância <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 19 DE ABRIL DE 2017</u> Estabelece procedimentos de pagamento e parâmetros atinentes à concessão das bolsas UAB regulamentadas pela Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, e pela Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017.</p> <p>FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) <u>PORTARIA Nº 244, DE 27 DE ABRIL DE 2017</u> Dispõe sobre o prazo para realização de aditamentos dos contratos de financiamento concedidos com recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)</p>
<p>Ministério da Fazenda (MF)</p>	<p>BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) – Área de organização do sistema financeiro e controle de operações do crédito rural <u>CARTA CIRCULAR Nº 3.816, DE 20 DE ABRIL DE 2017</u> Esclarece acerca da implementação da norma que trata do financiamento do saldo devedor da fatura de cartão de crédito e de demais instrumentos de pagamento pós-pagos.</p> <p>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) – Vice-Presidência de Fundos de Governo de Loterias <u>CIRCULAR Nº 763, DE 25 DE ABRIL DE 2017</u> Divulga a versão 4 do Manual de Orientações Regularidade do Empregador, como instrumento disciplinador dos procedimentos pertinentes, junto ao FGTS.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ) <u>CONVÊNIO ICMS Nº 52, DE 7 DE ABRIL DE 2017</u> Dispõe sobre as normas gerais a serem aplicadas aos regimes de substituição tributária e de antecipação do ICMS com encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes, instituídos por convênios ou protocolos firmados entres os Estados e o Distrito Federal.</p> <p><u>ATO COTEPE/MVA Nº 8, DE 20 DE ABRIL DE 2017</u> Altera as Tabelas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV anexas ao ATO COTEPE/ICMS 42/13, que divulga as margens de valor agregado a que se refere à cláusula oitava do Convênio ICMS 110/07,</p>

	<p>que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, e com outros produtos.</p> <p><u>ATO COTEPE/PMPF Nº 8, DE 20 DE ABRIL DE 2017</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.</p>
<p>Ministério da Justiça e Segurança Pública</p>	<p>FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) <u>DESPACHO DO PRESIDENTE EM 20 DE ABRIL DE 2017</u> Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para, afinal, reconhecer os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Tekohá Jevy, de ocupação tradicional dos povos indígenas Guarani Mbyá e Nandéva, com superfície aproximada de 2.370 hectares e perímetro aproximado de 27 quilômetros, localizada no município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro.</p>
<p>Ministério da Saúde (MS)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.055, DE 25 DE ABRIL DE 2017</u> Redefine as regras e os critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola – PSE por estados, Distrito Federal e municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 15, DE 25 DE ABRIL DE 2017</u> Dispõe sobre a comunicação eletrônica entre a Diretoria de Fiscalização - DIFIS e as operadoras de planos privados de assistência à saúde.</p> <p>– Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 422, DE 25 DE ABRIL DE 2017</u> Altera a Resolução Normativa - RN nº 103, de 17 de junho de 2005, que dispõe sobre o lançamento da Taxa de Saúde Suplementar, instituída pela lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, regulamenta o processo administrativo fiscal no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar e dá outras providências.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) <u>RESOLUÇÃO-RDC Nº 151, DE 20 DE ABRIL DE 2017</u> Dispõe sobre a composição das vacinas influenza sazonais a serem utilizadas no Brasil.</p> <p>– Diretoria Colegiada (DC) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 16, DE 26 DE ABRIL DE 2017</u> Dispõe sobre a lista de Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE classificadas por grau de risco para fins de licenciamento sanitário</p> <p><u>RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 153, DE 26 DE ABRIL DE 2017</u> Dispõe sobre a Classificação do Grau de Risco para as atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária, para fins de licenciamento, e dá outras providências.</p> <p><u>CONSULTA PÚBLICA Nº 328, DE 24 DE ABRIL DE 2017</u></p>

(...)

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da Proposta de Resolução da Diretoria Colegiada que dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação.

(...)

→ **Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários**

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.102, DE 24 DE ABRIL DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da divulgação, comercialização e uso dos EQUIPAMENTOS PARA ESTÉTICA, MEMBRANA FREEZEFACTS PARA CRIOLIPÓLISES, divulgados e comercializados pelo site www.wmequipamentosdeestetica.com.br, de responsabilidade da pessoa física Janne Celly Medeiros Albuquerque, localizada na rua Castro Alves, Aclimação - São Paulo - SP, por estarem sem registro sanitário na Anvisa.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.101, DE 24 DE ABRIL DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da divulgação e comercialização pela empresa MV INFORMATICA NORDESTE LTDA, localizada na rua Presidente Dutra 298- Térreo - Imbiribeira - Recife-PE, dos produtos mDicom-Viewer(m) e Printer mDicomPrinter, por não possuir Autorização de Funcionamento - AFE emitida por essa Agência.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.100, DE 24 DE ABRIL DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da divulgação e comercialização pela empresa COPY SUPPLY COMERCIAL EIRELI, CNPJ:

57.952.277/0001-31, proprietária do site <http://copysupply.com.br> e localizada na Rod Governador Mario Covas, 256, Km 280 Sala 29, Padre Mathias, Cariacica, ES, impressoras para impressões de diagnóstico por imagens, por não possuir Autorização de Funcionamento - AFE emitida por essa Agência.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.099, DE 24 DE ABRIL DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da importação, comercialização e distribuição do EQUIPAMENTO MÁQUINA DE HEMODIÁLISE BELLCO, Registro Anvisa n.º 80102510346 e o Material RÁPIDO, Registro Anvisa n.º 80102510414, importados e comercializados no Brasil pela empresa VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda, CNPJ: 04.718.143/0001-4, localizada na rua Batataes, nº 391, 1º andar - conjuntos 11, 12 e 13 -Jardim Paulista - São Paulo- SP, por descumprimentos de requisitos de Boas Práticas de fabricação para Produtos para Saúde.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.098, DE 24 DE ABRIL DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da divulgação, comercialização e locação pela empresa BEST TECH LOCAÇÕES DE MAQUINAS LTDA, CNPJ:11.744.865/0001-89, no site <https://www.besttech.com.br>, e localizada na rua das Tâmaras n.º 192, Vila Paulista- São Paulo- SP, dos diversos equipamentos de tecnologia de Informática (TI) para área médica, e impressoras para impressões de exames médicos, por não possuir Autorização de Funcionamento - AFE emitida por essa Agência. (...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.097, DE 24 DE ABRIL DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da distribuição e comercialização de todos os produtos para saúde distribuído pela empresa NORMED COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA, CNPJ: 74.221.516/0001-00, instalada à Rua Mogi Mirim n.º 520, Campinas, SP, por não atender as normas técnicas e legais sanitárias.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.096, DE 24 DE ABRIL DE 2017

(...)

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição e comercialização, em todo o território nacional, de todos os lotes dos produtos denominados como SUPLEMENTO DE VITAMINA A À BASE DE CAFÉ VERDE E CHÁ VERDE em cápsulas; SUPLEMENTO DE VITAMINAS E MINERAIS À BASE DE CHÁ VERDE em cápsulas; SUPLEMENTO DE VITAMINA C À BASE DE HIBISCUS E ACEROLA em cápsulas; SUPLEMENTO DE VITAMINAS E MINERAIS À BASE DE GOJI BERRY E ACEROLA em cápsulas; SUPLEMENTO DE VITAMINAS E MINERAIS em cápsulas da marca DETOX; SUPLEMENTO DE VITAMINA C À BASE DE MACA PERUANA em cápsulas; SUPLEMENTO DE VITAMINAS E MINERAIS À BASE DE CRANBERRY E ACEROLA em cápsulas, fabricados pela empresa Orient Mix Fitoterápicos do Brasil Ltda. (CNPJ 73.657.876/0001-89), sito à Estrada da Pedra negra, 295 - Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.091, DE 20 DE ABRIL DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da distribuição, divulgação e comercialização do produto COLIC CALM, pela empresa RMJ Comércio do Vestuário e Suplementos EIRELI ME (CNPJ 22.791.106/0001-93).

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.090, DE 20 DE ABRIL DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da importação, distribuição, comercialização e uso do medicamento Fleet Enema (registro nº 1284700010016) fabricado por C. B. Fleet Co., Inc (localizada no endereço "Murray Place, 4615, Lynchburg, VA 24502 - EUA) e importado e comercializado por TOMMASI IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA (CNPJ: 00.625.692/0001-63).

(...)

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS)

PORTARIA Nº 801, DE 25 DE ABRIL DE 2017

Approva o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas TGP do Distúrbio

	<p>Mineral Ósseo na Doença Renal Crônica.</p> <p>SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS (SCTIE) <u>PORTARIA Nº 19, DE 19 DE ABRIL DE 2017</u> Torna pública a decisão de incorporar a teriflunomida para o tratamento da esclerose múltipla remitente recorrente, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.</p> <p><u>PORTARIA Nº 18, DE 19 DE ABRIL DE 2017</u> Torna pública a decisão de ampliar o tempo de tratamento com sofosbuvir e daclastavir nos casos de hepatite C - genótipo 3 com cirrose hepática no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.</p> <p><u>PORTARIA Nº 17, DE 19 DE ABRIL DE 2017</u> Torna pública a decisão de não incorporar o alfanonacogue para hemofilia B em pacientes menores de 19 anos de idade, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.</p> <p>SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (SVS) <u>PORTARIA Nº 21, DE 26 DE ABRIL DE 2017</u> Revoga a Portaria nº. 31/SVS/MS, de 8 de julho de 2005, que estabelece indicador epidemiológico para avaliação da prevalência de hanseníase.</p>
<p>Ministério das Cidades (MCidades)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 25 DE ABRIL DE 2017</u> Divulga a seleção, em caráter extraordinário, de proposta apresentada, pelo Estado de São Paulo, para execução de ações de saneamento básico, modalidade abastecimento de água, e estabelece procedimento para habilitação e contratação da operação de crédito a que se refere o art. 9º-B da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações e aditamentos - Mutuários Públicos, inserida no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.</p> <p><u>PORTARIA Nº 342, DE 24 DE ABRIL DE 2017</u> Altera a Portaria nº 267, de 22 de março de 2017, que dispõe sobre as condições gerais para aquisição de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 24 DE ABRIL DE 2017</u> Dá nova redação à Instrução Normativa nº 14, de 22 de março de 2017, que regulamenta o Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades - PMCMV-E</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>DELIBERAÇÃO Nº 162, DE 27 DE ABRIL DE 2017</u> Altera a Resolução CONTRAN nº 598, de 24 de maio de 2016, que regula a produção e a expedição da Carteira Nacional de Habilitação, com novo leiaute e requisitos de segurança.</p> <p><u>DELIBERAÇÃO Nº 161, DE 27 DE ABRIL DE 2017</u> Altera a Resolução CONTRAN nº 637, de 30 de novembro de 2016, que, dispõe sobre a organização e o funcionamento do Registro</p>

	<p>Nacional de Infrações de Trânsito - RENAINF, de que trata o inciso XXX do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, e dá outras providências.</p> <p>SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO (SNH) <u>PORTARIA Nº 350, DE 27 DE ABRIL DE 2017</u> Divulga seleção complementar ao valor de operação de projetos apresentados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, operado com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social.</p> <p><u>PORTARIA Nº 349, DE 27 DE ABRIL DE 2017</u> Divulga seleção complementar ao valor de operação de projetos apresentados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, operado com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social.</p>
<p>Ministério das Relações Exteriores (MRE)</p>	<p>→ Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) →→ Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (DIJ) →→→ Divisão de Atos Internacionais (DAI)</p> <p><u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "APOIO À AGENDA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL NO BRASIL"</u></p> <p><u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "TECNOLOGIAS AMBIENTALMENTE ADEQUADAS E DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL"</u></p>
<p>Ministério de Minas e Energia (MME)</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 766, DE 25 DE ABRIL DE 2017</u> Disciplina a constituição de garantias pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 764, DE 18 DE ABRIL DE 2017</u> Estabelece o montante de energia elegível, a valoração e as condições de pagamento para os participantes do Mecanismo de Realocação de Energia do custo do deslocamento da geração hidrelétrica decorrente de geração termelétrica que exceder aquela por ordem de mérito e de importação de energia sem garantia física.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP) <u>RESOLUÇÃO Nº 676, DE 19 DE ABRIL DE 2017</u> Estabelece os preços de referência do gás natural produzido no mês de março de 2017</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 675, DE 19 DE ABRIL DE 2017</u> Estabelece os preços mínimos dos petróleos produzidos no mês de</p>

	março de 2017.
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 23, DE 27 DE ABRIL DE 2017</u> Estabelece normas, critérios e padrões para o exercício da pesca em áreas determinadas para a captura de tainha (<i>Mugil liza</i>), no litoral das regiões Sudeste e Sul do Brasil.</p> <p>SECRETARIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS (SCS) <u>CIRCULAR Nº 21, DE 20 DE ABRIL DE 2017</u> (...) 1. Iniciar investigação para averiguar a existência de <i>dumping</i> nas exportações da Malásia, da Tailândia e do Vietnã para o Brasil de tubos com costura, de aço inoxidável austenítico graus 304 e 316, de seção circular, com diâmetro externo igual ou superior a 6 mm (1/4 polegadas) e não superior a 2.032 mm (80 polegadas), com espessura igual ou superior a 0,40 mm e igual ou inferior a 12,70 mm, comumente classificados nos itens 7306.40.00 e 7306.90.20 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática. (...)</p> <p>SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX) <u>PORTARIA Nº 15, DE 24 DE ABRIL DE 2017</u> Estabelece critérios para alocação de cotas para importação, determinadas pela Resolução CAMEX nº 30, de 20 de abril de 2017.</p>
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA) <u>RESOLUÇÃO Nº 743, DE 24 DE ABRIL DE 2017</u> Dispõe sobre as condições para a operação do reservatório da CGH Machado Mineiro, no rio Pardo.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 742, DE 24 DE ABRIL DE 2017</u> Dispõe sobre a redução temporária da descarga mínima defluente dos reservatórios de Sobradinho e Xingó, no rio São Francisco.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA) <u>RESOLUÇÃO Nº 479, DE 15 DE MARÇO DE 2017</u> Dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos ferroviários de baixo potencial de impacto ambiental e a regularização dos empreendimentos em operação.</p>
Ministério do Trabalho	<p>CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR (CODEFAT) <u>RESOLUÇÃO Nº 783, DE 26 DE ABRIL DE 2017</u> Reestrutura o Plano Nacional de Qualificação - PNQ, que passa a denominar-se Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - QUALIFICA BRASIL, voltado à promoção de ações de qualificação e certificação profissional no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 782, DE 26 DE ABRIL DE 2017</u> Dispõe sobre a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos</p>

	Especiais do FAT - PDE, para o exercício de 2017.
Ministério dos Direitos Humanos	COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA <u>RESOLUÇÃO Nº 6, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017</u> Institui a Comissão de Seleção para Membros do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - MNPCT e dispõe sobre a competência da Mesa Diretora do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT.
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT) – Diretoria Colegiada (DC) <u>DELIBERAÇÃO Nº 87, DE 26 DE ABRIL DE 2017</u> (...) Art. 1º Aprovar a Política de Gestão de Riscos da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, visando o desenvolvimento, a disseminação e implementação do processo de gestão de riscos nas atividades desenvolvidas pela ANTT, estabelecendo conceitos, diretrizes, princípios e objetivos organizacionais, competências e responsabilidades do processo de gestão de riscos, bem como orientar a implementação deste processo no âmbito da Agência. (...)
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
24/04/2017 a 29/04/2017	<i>Não houve</i>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Agricultura e Abastecimento (SAA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAA - 18, DE 26-04-2017</u> Dispõe sobre a realização da 24ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação – Agrishow 2017
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 40, DE 24-04-2017</u> Divulga o valor da Receita Corrente Líquida de fevereiro de 2017 <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SF/PGE 01, DE 24-04-2017</u> Disciplina a publicação de editais, contratos e outros instrumentos jurídicos análogos elaborados pela Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral na página da Bolsa Eletrônica de Compras do Estado

	<p>de São Paulo - BEC/SP</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>PORTARIA CAF-G 00014, DE 27-04-2017</u> O Coordenador da Administração Financeira resolve: Art. 1º - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referente ao mês de Abril/2017 cujo processamento está afeto ao Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE, estarão disponíveis na rede bancária obedecendo a seguinte escala: (...) </p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) SUPLEMENTO - FAZENDA COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA <u>NOTIFICAÇÃO</u> Os contribuintes ou responsáveis identificados no suplemento ficam notificados do lançamento de ofício do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, pela falta de pagamento do imposto devido referente(s) ao(s) veículo(s) e exercício(s) discriminado(s), nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.</p>
<p>Procuradoria Geral do Estado (PGE)</p>	<p>GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE - 13, DE 26-4-2017</u> Disciplina os procedimentos para celebração de acordos com os credores de precatórios, nos termos e para os fins da Emenda Constitucional 94/2016, e do Decreto estadual 62.350, de 26-12-2016, que a regulamentou</p>
<p>Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH)</p>	<p>CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CRH) <u>DELIBERAÇÃO CRH 201, DE 24-04-2017</u> Referenda a proposta dos mecanismos e valores para a cobrança pelos usos urbanos e industriais dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, no âmbito da UGRHI 14-Alto Paranapanema</p> <p><u>DELIBERAÇÃO CRH 199, DE 24-04-2017</u> Referenda os “Planos de Ação e respectivos Programas de Investimento” dos recursos a serem arrecadados com a Cobrança pelo uso dos recursos hídricos, no período 2017-2019</p> <p><u>DELIBERAÇÃO CRH 198, DE 24-04-2017</u> Aprova a Autoavaliação do Estado referente ao alcance das metas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, no âmbito do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO, relativas ao 2º período de certificação (2016)</p>
<p>Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SS-SMS-2, DE 25-4-2017</u> Cria e constitui Grupo de Trabalho Intergovernamental – GTI, objetivando aprimorar a cogestão dos fluxos assistenciais, inclusive com a integração dos Sistemas Informatizados de Regulação Ambulatorial, entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria de Saúde do Município de São Paulo</p>

Universidade de Campinas (UNICAMP)	<p>REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR-26, DE 27-4-2017</u> Estabelece medidas para propiciar condições de análise detalhada da situação financeira da Universidade e de adoção de procedimentos que visem ao equilíbrio orçamentário</p>
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
28/04/2017	<p><u>PROJETO DE LEI Nº 244, DE 2017</u> Classifica Taubaté como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 28/04/2017, p. 7</p>
27/04/2017	<p><u>PROJETO DE LEI Nº 242, DE 2017</u> Dispõe sobre a classificação do Município de Várzea Paulista como de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 27/04/2017, p. 56</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 240, DE 2017</u> Declara o município de Caçapava a Capital do Antigomobilismo no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 27/04/2017, p. 56</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 236, DE 2017</u> Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 27/04/2017, p. 55</p>
26/04/2017	<p><u>PROJETO DE LEI Nº 235, DE 2017</u> Classifica o Município de Piracicaba como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 26/04/2017, p. 13</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 234, DE 2017</u> Classifica Jacupiranga como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 26/04/2017, p. 12</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 233, DE 2017</u> Dispõe sobre o direito do consumidor ao controle e pagamento individual de seu consumo nos bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos comerciais similares e dá outras providências. DOE, Legislativo, 26/04/2017, p. 12</p> <p>PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 2017</u> Susta os efeitos da Resolução SE nº 18, de 10/04/2017. A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA: Artigo 1º - Fica sustada, com fundamento no inciso IX do artigo 20 da</p>

	<p>Constituição do Estado, a Resolução SE nº 18, de 10/04/2017, que estabelece normas e critérios relativos à readaptação de servidores da Secretaria da Educação e dá providências correlatas. (...) DOE, Legislativo, 26/04/2017, p. 13</p>
<p>25/04/2017</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 230, DE 2017</u> Classifica Divinolândia como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 25/04/2017, p. 11</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 226, DE 2017</u> Dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação por motivo religioso. DOE, Legislativo, 25/04/2017, p. 11</p> <p>PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5, DE 2017</u> Insere inciso VII ao artigo 141 da Resolução nº 576, de 26/06/1970, Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 25/04/2017, p. 12</p> <p>TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 13/2017</u> O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO COMUNICA que, na elaboração da lei de diretrizes orçamentárias (LDO), há de se atentar para os seguintes conteúdos: 1- Em consonância com a Lei 13.019, de 2014, previsão de critérios próprios, específicos, para as subvenções sociais, contribuições e auxílios destinados às entidades do terceiro setor (art. 4º, I, "f" e 26, da LRF). 2- Desde que em mora no dia 25 de março de 2015, apresentação de plano de pagamento de precatórios (art. 101, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). 3- Para atender à Lei Federal nº 8069, de 1990 (art. 4º, parágrafo único, "d") e ao Comunicado SDG nº 8, de 2011, interessante vincular fração da receita para despesas de proteção à criança e ao adolescente. 4- Na existência de déficit financeiro, deve o anexo de metas fiscais propor superávit de execução orçamentária para liquidar, ainda que gradualmente, aquela dívida de curto prazo. 5- Sob o princípio orçamentário do equilíbrio, aquela proposição se materializa, no campo da despesa, por Reserva de Contingência, equivalente ao desejado superávit orçamentário. 6- E no intuito de garantir sobredita meta fiscal, haverá de se mostrar o tipo de gasto que será limitado caso haja frustração de receita (art. 4º, I, "b", da Lei de Responsabilidade Fiscal). 7- Há de ser módico, moderado, o percentual para as transposições, remanejamentos e transferências (art. 167, VI, da CF). 8- Para a autorização solicitada no art. 62 da Lei de Responsabilidade Fiscal, deve existir anexo informando o custeio de serviços que são próprios da União e do Estado (tipo de serviço/valor). 9- Conveniente determinar específicas ações programáticas para gastos sujeitos a limites ou vulneráveis a desvios, que não possam ser claramente identificados no elemento de despesa (ex: publicidade</p>

	<p>oficial; propaganda; adiantamentos; despesas com viagens; gastos de representação).</p> <p>São Paulo, 24 de abril de 2017.</p> <p>SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 25/04/2017, p. 16</p>
<p>Publicação DO - Cidade</p>	<p>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</p>
<p>24/04/2017 a 29/04/2017</p>	<p><i>Não houve</i></p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107

